MAE - Mercado Anónimo y Estandarizado de Contratos de Energia em Colombia

Luciano de Castro

Associate Professor of Economics

University of Iowa

DISCLAIMER

- Las opiones siguientes son las de Luciano de Castro, no de la University of Iowa
- También no son del nuevo gobierno de Brasil

No setor elétrico, prioridade é vender Amazonas Energia

Camila Maia

De São Paulo

A prioridade da equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), no setor elétrico é solucionar a privatização da Amazonas Energia, empresa que gera prejuízos da ordem de R\$ 350 milhões ao mês, disse ao Valor Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa e principal assessor da equipe na área de energia.

"A situação como está é insustentável, não podemos continuar assim, é uma perda absurda", disse Castro. Segundo ele, além de ser ineficiente, a distribuidora paga um serviço da dívida muito oneroso, não tem repasses integrais de custos com compra de combustível para geração de energia, além de ter perdas enormes.

O professor contou que está em contato frequente com Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, para discutir o tema das distribuidoras. "Estive com ele na sexta-feira passada, já conversamos umas duas vezes desde então, para tratar algumas alternativas em relação à Amazonas."

"O problema é viabilizar a privatização e contornar o problema que foi a rejeição do PL77 pelo Senado", disse Castro, referindo-se ao projeto de lei que viabilizava a

operação das distribuidoras da Eletrobras e também solucionava o problema do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). O texto enviado pela Câmara foi rejeitado pelo Senado, criando um grande problema para o governo e para a administração da estatal elétrica.

Um dos problemas que precisam ser equacionados em relação à Amazonas Energia referese à dívida da distribuidora com a Petrobras. Um acordo de renegociação do pagamento foi feito em abril, mas a parcela de R\$ 3,5 bilhões da dívida dependia de um aporte do Tesouro para ter garantia. Esse aporte também estava no projeto de lei rejeitado.

"A dívida da Amazonas Energia é bilionária. Eles estão considerando algumas alternativas, já foi falada uma possível medida provisória", disse Castro. Conversas com a Petrobras também estão sendo travadas. "O governo atual ainda está na liderança disso. Estou acompanhando o que estão fazendo e, a partir de semana que vem, teremos um pouco mais de interação para discutir o que deve ser feito", afirmou.

Como vai participar da equipe de transição do governo, Castro terá acesso às reuniões sobre o tema para ter uma ideia melhor de como solucionar o entrave.

Se nada for feito, a Amazonas Energia será liquidada em 1º de janeiro de 2019, justamente quando o governo de Bolsonaro assume. "Vamos ver o que é possível fazer para evitar isso", disse Castro.

A situação da Ceal, distribuidora do Alagoas, também preocupa o especialista. Nesse caso, a privatização está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Governo de Alagoas e União ainda discutem detalhes da venda. Segundo Castro, sua equipe ainda não conversou sobre o tema com Renan Filho (MDB), governador reeleito. "Não estabelecemos contato com Alagoas ainda, mas devemos ter nesse mês de transição", afirmou.

"Uma coisa importante a se deixar como mensagem é o conforto ao povo do Amazonas e de Alagoas. Vamos garantir a continuidade do serviço. Estamos com todo o cuidado protegendo os interesses do povo desses Estados", assegurou Castro.

O segundo problema urgente, na visão do professor, é o GSF, cuja solução também estava no projeto de lei rejeitado no Senado. "Consideramos algumas alternativas. A Aneel recentemente propôs uma solução; não cheguei a analisá-la com profundidade,

mas ela tem problemas também. Não há uma solução perfeita. A melhor de todas era o PL"

De acordo com o especialista, nenhuma alternativa, inclusive uma MP, está descartada. "Estamos trabalhando para encontrar uma solução", disse.

Esses problemas são urgentes, mas há outras questões importantes que serão discutidas durante a transição para o novo governo. "Vamos tentar focar em coisas importantes como a revisão das regras do setor elétrico, organizar a expansão, os mecanismos de negociação e o mercado livre. As questões estruturantes, para que o setor volte a funcionar com todo o vigor que o Brasil merece", disse.

O ponto de partida será a consulta pública (CP) 33, lançada pelo então ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho (DEM-PE), que debateu a mudança do modelo do setor elétrico e recebeu centenas de contribuições. "Será quase como que pegar uma obra que foi iniciada e não acabada ainda. Vamos retomá-la para acabar a obra", explicou.

A definição da equipe de energia, motivo de ansiedade em todo o setor devido às declarações de Bolsonaro de que vai priorizar nomes técnicos, ainda está sendo feita, disse Castro. "Não posso di-



Luciano de Castro: "fazer o possível" para evitar liquidação de distribuidora

zer quanto tempo vai levar, ao longo do período o presidente vai definir os nomes. Se eu pudesse dar um palpite, diria que não deve levar muito tempo", disse.

A equipe de energía tem diálogo tanto com o grupo econômico, liderado por Paulo Guedes, quanto com o ala dos militares, com o general Augusto Heleno à frente. "Tenho contato com ambos os grupos, mais próximo do Paulo Guedes, mas tenho contato também com os generais em Brasília", afirmou Castro, que foi tenente da Aeronáutica antes de se dedicar ao setor privado. "É algo mais ou menos natural estar nos dois grupos, o que facilita um pouco essa conexão", explicou.

Observaciones iniciales

- En 2016 fui elegido por la CREG para hacer una evaluación del mercado de energía en Colombia
- Fueron seleccionados un panel de 3 expertos internacionales: yo,
 Niels von der Fehr y David Harbord
- La CREG organizó un workshop en los días 5, 6 y 7 de octubre de 2016 para presentar de las conclusiones
- Mi contribución se podría resumir en dos puntos principales:
 - Es necesario poner énfasis en el mercado de contratos, quizás cambiándole el nombre (era hasta entonces MOR)
 - Es preferible que la CREG deje que los agentes si junten para definirlo

¿Por qué mercado de contratos?

 Estoy muy contento que la CREG haya elegido seguir mis recomendaciones

¿Por que mercados anónimos y estandarizados de contratos son buenos?

- Permiten transparencia en la formación de precios
- Competencia
- Libre entrada
- Alternativa base para el mecanismo de expansión

La negociación entre los agentes

- Razones para perseguir esta ruta:
- Agentes pueden crear mercados mucho mejor que el gobierno / agencia reguladora
- Teorema de Coase: si no hay costos de transacción y bien definidos derechos de propiedad, agentes pueden llegar a resultados eficientes

Es necesario mirar que hay dos cuestiones sobre eso:

- El proceso de negociación no es costoso
- Hay que definir bien los derechos de propiedad

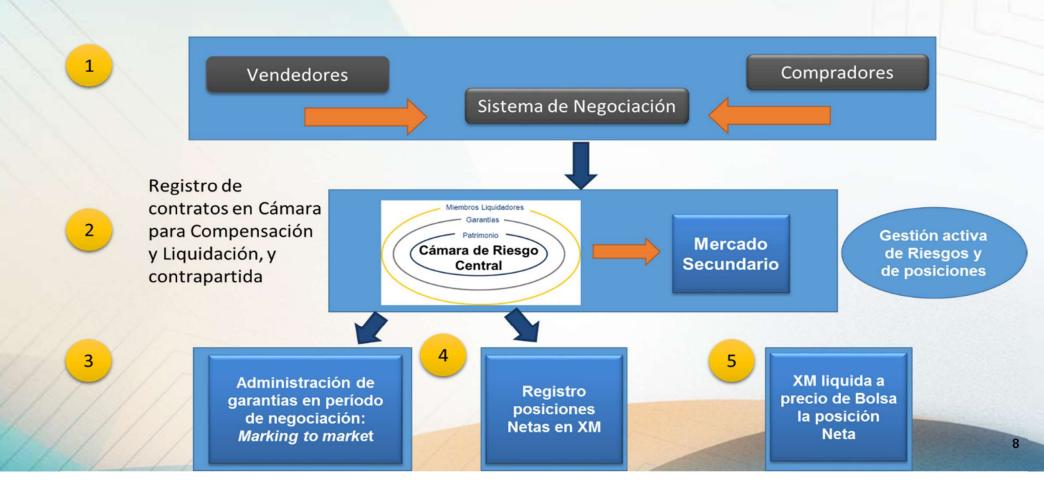
Características

- Centralización: consolidación de ofertas de compra y venta de los contratos de energía eléctrica.
- Anonimato: Transacciones anónimas y compensadas a través de Cámaras de Riesgo.
- Seguridad: Asegurar que los participantes estén protegidos de prácticas fraudulentas en la negociación.
- Independencia: El proveedor de la infraestructura para la negociación no debe tener posiciones propias en el MAE, y su gobernanza debe garantizar que no existen conflictos de interés con alguno de los participantes.
- Acreditación: Protocolo de registro que permita solo la participación de aquellos agentes que cumplan con un capital mínimo y con el requerimiento de recursos que sean necesarios para la negociación.

Características (cont.)

- Liquidez: Volumen y frecuencia de transacciones que permita rápidamente a los participantes la compra o venta de contratos de energía eléctrica.
- Gestión eficiente de riesgos: proceso de compensación y liquidación debidamente supervisado y con procedimientos legales efectivos para administrar los eventos de incumplimiento.
- Reporte de información: Sistema de información actualizado, preciso y público acerca de los precios y volúmenes de transacción, así como de las ofertas de compra y venta de los participantes.

Etapas del MAE



Cuestiones

- Un MAE es una PLATAFORMA de negociaciones
 - Involucra a varios agentes: productores, consumidores y comercializadores
 - ¿Es una plataforma un monopolio natural?
- ¿Cuando tenemos un monopolio natural?
 - Un solo agente es capaz de servir a todo el mercado
 - Los costos de haber dos o más agentes es anti-económico
- Muchas bolsas de negociaciones se quedaron prácticamente como monopolistas en varios países
- La CREG se queda en una situación difícil: elegir un operador.
 Alternativas:
 - No elegir nadie dejar que la competencia lo haga
 - Establecer un proceso para elegir

Cuestiones

- Mientras el mercado de energía en Colombia no sea muy amplio, es posible que tenga características de monopolios naturales
- Hay un "costo social" de haber varios la liquidez y profundidad de cada mercado son afectadas
- La CREG podría mirar este mercado como prestando un servicio público similar a una concesión
 - Cuestiones legales ????
- Seguir con el proceso actual pero dar, después, exclusividad a un agente para que tenga seguridad que sus costos serán recuperados
- Permitirá invertir el esfuerzo en realizar las negociaciones necesarias
- · La deseable competencia se podría abrir después con el mercado de gás

Otras cuestiones

- La regla para los precios a los consumidores
- El mejor sería tener competencia en el mercado consumidor
- Hasta llegar allí: crear incentivos para la profundidad y liquidez del mercado

Alternativas – opción 1

Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
No modificar la regulación	Costo Efectivo	Referente del Mercado	Combinación de costo efectivo y
actual			referente de mercado
α% costo efectivo de cada	Costo efectivo de las	Comercializadores	Cada mercado tiene su propio precio de
comercializador.	compras en contratos de	podrían transferir el	referencia (Spot, Bilateral y MAE). Sin
1-α% precios promedios del	cada comercializador en la	precio promedio	embargo hay algunas opciones para
total del mercado bilateral.	proporción correspondiente	ponderado de cada	incentivar más la competencia, estas son:
	al MAE.	mercado (Spot, Bilateral	
		y MAE)	Recompensar a los mejores,
			compradores con menores costos
			incurridos en el MAE pueden transferir
			hasta el precio promedio de mercado.

Alternativas – opción 2

Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
No modificar la regulación	Costo Efectivo	Referente del Mercado	Combinación de costo efectivo y
actual			referente de mercado
	Costo efectivo de la		Torneo: Permite a los 3 mejores
	posición Neta en		compradores, es decir con el
	contratos para cada		costo más bajo de compras, que
	comercializador en el		transfieran el costo de los
	MAE.		siguientes 3 en el listado.
			Mientras que los últimos 3
			compradores sólo pueden
			trasferir el promedio de los 3
			anteriores a estos.

Alternativas – opción 3

Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
No modificar la regulación	Costo Efectivo	Referente del Mercado	Combinación de costo efectivo y
actual			referente de mercado
			Bandas de tolerancia:
			Permite transferir el costo
			efectivo incurrido por los
			compradores que se
			encuentran dentro de
			unas bandas de tolerancia.

Conclusión

- Estaré mirando con mucho interés el desarrollo del mercado de contratos en Colombia
- Deseo el mejor éxito para la CREG y el mercado de energía en Colombia